



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUINTA-FEIRA, 28 :: FEVEREIRO :: 2013

Emsurb busca soluções para o mercado Albano Franco

Cândida Oliveira

candidaoliveira@jornaldodiase.com.br

Enquanto uma solução definitiva não é encontrada, o Mercado Albano Franco, em Aracaju, tem recebido esta semana os técnicos da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb).

Técnicos e feirantes - apenas no mercado Albano Franco há 1.981 permissionários em atividade - tem se reunido a fim de se chegar a soluções que resolvam os problemas apontados pelo Inquérito Civil iniciado pelo Ministério Público.

No inquérito o MP requer ao Poder Judiciário que determine a imediata suspensão das atividades comerciais e a interdição dos três mercados (Thales Ferraz, Albano Franco e Antônio Franco), até que pendências como condições inadequadas para o comércio de alimentos, bem como a ausência de projetos preventivos de combate a incêndio e pânico e de proteção contra descargas atmosféricas, nos locais vistoriados sejam corrigidas. E que os locais só voltem a funcionar, quando estiverem dentro dos padrões e le-

gislações pertinentes.

As irregularidades não param por aí. A Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) atestou que os referidos mercados funcionam sem Licença Ambiental e desatendem à Resolução CONAMA nº 237/97 - venda de animais vivos em condições e instalações inadequadas.

Segundo a assessoria de comunicação da Emsurb, os técnicos constataram os problemas já apontados pelo Ministério Público Estadual. As

reuniões tem o objetivo de que se cheguem algumas soluções, a partir do estudo técnico e também das sugestões levantadas pelos próprios permissionários, desde que sejam viáveis. Inclusive os projetos de melhoria já estão sendo elaborados pela Assessoria Técnica da Emsurb. "A reforma emergencial já está em execução na estrutura metálica comprometida pela ação do tempo", informou a assessora da empresa, Gabriela Barbosa.

Teto - No último sábado, dia 23, um pedaço da cobertura da parte de venda de carnes se desprendeu do teto, causando tumulto entre comerciantes e clientes. O desabamento não provocou feridos nem danificou mercadorias, mas gerou apreensão. De acordo com a assessora de comunicação, a placa ainda não foi repostada, pois a empresa que cuidava deste tipo de manutenção rescindiu o contrato com o órgão municipal. O modo de reparo ainda está sendo decidido.

Vigilância Sanitária faz vistoria em feiras livres

Fiscais sanitários da Coordenação da Vigilância Sanitária e Ambiental (Covisa) de Aracaju estiveram ontem na feira do conjunto Santa Lúcia, bairro Jabotiana. A ação objetivou o cumprimento de determinação do Ministério Público Estadual (MPE) que exige da Covisa levantamento de condições sanitárias do comércio em todas as feiras livres da capital.

No conjunto Santa Lúcia foi feito registro da quantidade de barracas e o tipo de produtos ven-

didos (carnes, pescados, laticínios, frutas e verduras). A gerente de Alimentos da Covisa, Nazaré Aragão, explica que também foram observadas as condições de higiene e manipulação de alimentos, quanto aos cuidados básicos como limpeza, acondicionamento de produtos e a utilização de lixeira.

Os agentes sanitários já visitaram as feiras dos bairros São José, Castelo Branco, Suissa, Santos Dumont, Médice, Getúlio Vargas, conjunto Augusto Franco e Mercado Central

Albano Franco. "A meta é atingir 100% das 35 feiras existentes hoje na capital", explica a gerente.

"Com base nesse levantamento, a Covisa entregará um relatório detalhado ao MPE. Os dados servirão de ponto de partida para que Covisa, a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e demais órgãos envolvidos com a fiscalização e organização das feiras possam, em longo prazo, planejar atividades e regularizar os serviços", conclui Nazaré.



UNITED STATES FOREST SERVICE
DEPARTMENT OF AGRICULTURE
FOREST PLANNING AND CONTROL ACT
OF 1920

1920

Section 1. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 2. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 3. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 4. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 5. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 6. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 7. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 8. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 9. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.

Section 10. The Secretary of Agriculture is authorized to acquire, by purchase, donation, or otherwise, any land, water, or interest therein, which he may deem to be in the public interest to acquire, and to hold the same for the purpose of the national forest system.